

ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA ESCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Brysa Yasmim Cabral Dias¹
Ana Lúcia Borba de Arruda²
Natália Jimena da Silva Aguiar³

RESUMO

Este trabalho buscou analisar como a vulnerabilidade social na escola vem sendo tratada no Projeto Político Pedagógico (PPP) na perspectiva de seu enfrentamento. De caráter qualitativo, a pesquisa foi realizada em duas escolas municipais situadas em contextos empobrecidos no Recife. Realizamos pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores das respectivas escolas. Os resultados revelam que há uma fragilidade na compreensão ao se abordar a temática da vulnerabilidade social nos PPP, quanto para os entrevistados. Nota-se falta de familiaridade com o tema, o que reforça a ideia de pouco trato para o enfrentamento da situação no contexto escolar. Nos PPPs analisados não identificamos programas/ações e estratégias de enfrentamento frente à vulnerabilidade social dos estudantes. A ausência de ações/programas e projetos nos documentos e nas falas dos entrevistados que apontem para o enfrentamento da vulnerabilidade social aponta a falta de articulação entre o planejamento da escola/gestão e a preocupação com o enfrentamento da desigualdade social no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Direito à Educação. Vulnerabilidade Social na Escola. Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Historicamente a educação formal no Brasil sempre foi voltada para o atendimento as elites. As classes sociais menos favorecidas sempre tiveram seus direitos básicos negados, elevando as desigualdades sociais no país. A que se destacar que com o processo de redemocratização, final dos anos oitenta, e a promulgação da Constituição Federal em 1988, que destaca em seu Art. 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, percebe-se movimentos de alguns governos nacionais para reverter o quadro de exclusão social.

¹ Graduanda de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. E-mail: brysayasmim16@gmail.com

² Professora Orientadora. Professora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional. Centro de Educação – UFPE. E-mail: anaborba@hotmail.com

³ Co-orientadora. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE. E-mail: natalia.jimena@gmail.com

Nas últimas décadas há que se registrar avanços nos movimentos de inclusão social das populações. Tal situação demanda se pensar em estratégias na luta de regulamentação de direitos sociais e estabelecer projetos para a criação de políticas públicas capazes de oportunizar escolarização com qualidade para estudantes oriundos de classes menos favorecidas.

A seguir, o gráfico 1 apresenta o total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino no Brasil, conforme aponta o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (doravante INEP) no que diz respeito ao Censo Escolar.

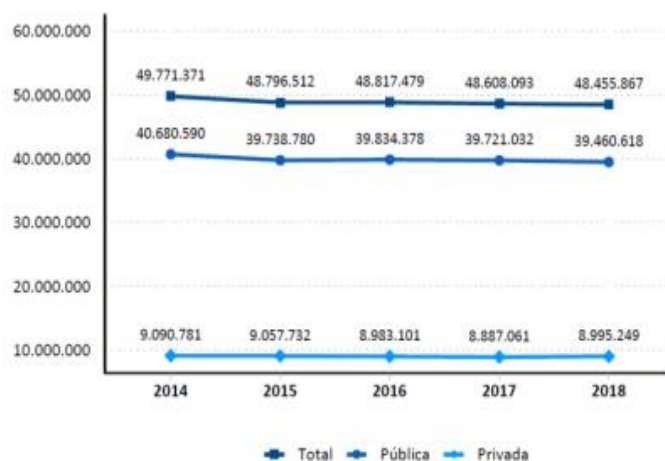
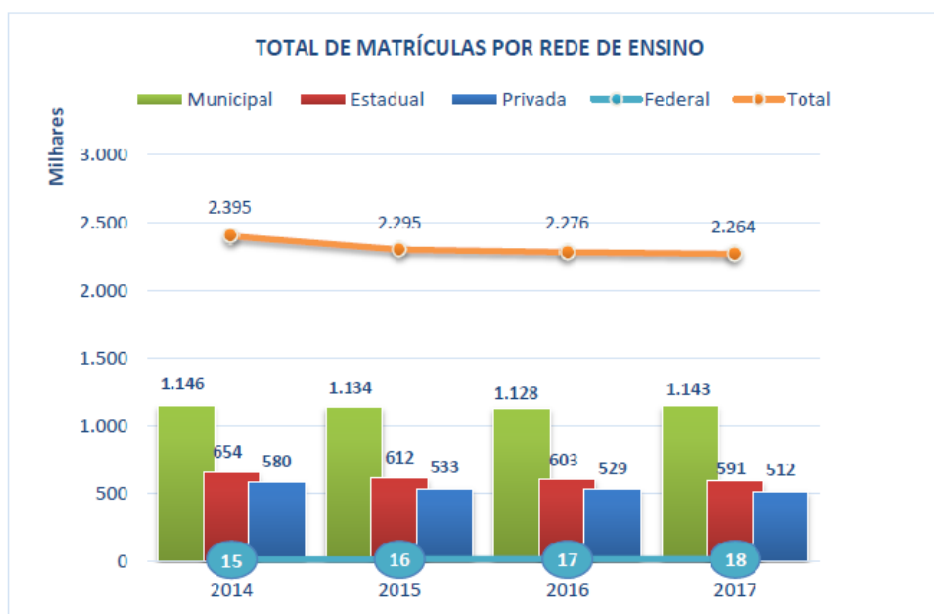


Gráfico 1 Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino - Brasil - 2014 a 2018

Percebe-se a partir dos dados que, “no ano de 2018, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica brasileiras, 1,3 milhão a menos em comparação com o ano de 2014, o que corresponde a uma redução de 2,6% no total de matrículas.” (CENSO ESCOLAR, 2018, p.02).

No cenário local, também diagnosticamos que há um decréscimo no quantitativo de matrículas no estado de Pernambuco, e isso se dá principalmente, devido “as mudanças no perfil demográfico da população no cenário nacional e estadual que, indicam queda nas taxas de natalidade, além do envelhecimento da população, tendo como consequência queda no crescimento populacional.” (PERNAMBUCO, 2017, p.19).

Gráfico 2: Total de Matrículas por Rede de Ensino - Pernambuco – 2014 a 2017



Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Os gráficos demonstram que há uma diminuição no número de matrículas e que esse fato se dá principalmente, por mudanças no perfil demográfico, como também a vulnerabilidade social de estudantes situados em contextos de risco, que muitas vezes abandonam a escola para ter que ingressar no mercado de trabalho mais cedo.

Diante do exposto, nos propomos na presente pesquisa analisar de que maneira a gestão escolar aborda em documentos basilares como o Plano de Ação da Gestão⁴ e o Projeto Político Pedagógico (doravante PPP) temas como: vulnerabilidade e desigualdade social de estudantes situados em contextos de risco. Neste sentido, temos como objetivo geral analisar como a vulnerabilidade social na escola vem sendo tratada no Projeto Político Pedagógico (PPP) na perspectiva de seu enfrentamento. De forma específica, buscamos: compreender as concepções de vulnerabilidade social e desigualdade social que permeiam o Projeto Político Pedagógico da escola; identificar no Projeto Político Pedagógico da escola ações/programas para o enfrentamento da vulnerabilidade social; analisar a partir da fala dos sujeitos entrevistados ações/programas desenvolvidos na escola para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

⁴ Tínhamos intenção na pesquisa de analisar o Plano de Ação da Gestão construído pelos gestores escolares como norte para sua prática ao longo da gestão, contudo tal documento não foi disponibilizado pelas escolas, tornando inviável a análise do documento no estudo.

A partir de levantamento bibliográfico realizado no Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), usando os descritores: “vulnerabilidade social e escolar”, “vulnerabilidade social”, “vulnerabilidade social e PPP”, “desigualdade social e escola”; “desigualdade social e ensino fundamental”, “PPP e desigualdade social”, identificamos dezenove trabalhos, sendo estes: uma tese e dezoito dissertações que se aproximam do objeto de estudo do nosso trabalho, porém, apenas sete trabalhos tiveram alguma conformidade como nosso foco de pesquisa, sendo eles: uma dissertação que discorre sobre desigualdade de renda nos municípios brasileiros e seis trabalhos que falam sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social e desigualdades de renda. Dentre os trabalhos localizados não identificamos nenhum que abordasse a relação vulnerabilidade social e educação, o que demonstra uma lacuna de estudos e pesquisas na área. Dessa forma, percebeu-se a necessidade de ampliar os estudos que investigam a temática e, desta forma, contribuir com o campo do conhecimento em educação.

Quanto à fundamentação teórica, discutiremos a categoria do direito à educação a partir de Cury (2007) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (doravante ECA). A temática da desigualdade social, pobreza e educação formal a partir de Duarte (2012); a interface entre desigualdade social e vulnerabilidade social a partir de Yannoulas (2015), Arruda e Andrade (2017) e Freitas (2007). Sobre os autores que discorrem sobre Planejamento Educacional e Projeto Político Pedagógico, recorreremos a Romão e Gadotti (1994) Horta (1991) e Libâneo (1992) que trata sobre planejamento escolar.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro realizamos uma breve contextualização histórica acerca da educação enquanto direito de todos. Na sequência, apresentamos discussão entorno da educação formal, da pobreza e da desigualdade social. Dissertamos também, acerca da vulnerabilidade social na escola para posteriormente, debater como a escola se planeja para enfrentar a situação com estudantes oriundos de contextos empobrecidos. Em seguida, expomos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, os resultados e discussão. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

2. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Revisitando a história do Brasil, nota-se quanto o país foi construído através de desigualdades de direitos. Desde o Brasil colônia percebe-se a instituição de uma cultura dominante na tentativa de sucumbir à cultura da população indígena que habitava o país. E não foi diferente com a educação, para que a mesma se constituísse direitos de todos os cidadãos. É uma conquista recente, principalmente para a população menos favorecida.

Fazendo um retrospecto histórico, em torno das Constituições Federais (CF) de 1934 a 1988, percebe-se que a educação brasileira, sempre foi marcada por avanços e retrocessos. Sem sombras de dúvidas, a Constituição Federal de 1934 trouxe elementos importantes à educação, pois, estabeleceu como papel da União a elaboração e fixação de diretrizes e bases para a Educação Nacional, compreendendo todas as modalidades de ensino, e afirmou que a educação é um direito de todos, devendo ser desenvolvida pelas famílias e pelos poderes públicos.

Se por um lado, esta Constituição apresentou avanços no que diz respeito ao campo educacional, por outro, a de 1937 trouxe alguns retrocessos. Com a institucionalização do Estado Novo e as reformas desencadeadas por Gustavo Capanema, a educação se tornou alvo de várias mudanças, a começar pela gratuidade estabelecida pela Constituição anterior.

A ideia de gratuidade assumiu um caráter parcial, pois, o ensino primário seria obrigatório e gratuito, para aqueles que comprovassem insuficiência de recursos financeiros, caso contrário, uma contribuição mensal para a caixa escolar seria cobrada. A família era a principal responsável por proporcionar a educação, pois, a prestação desse serviço, pelo governo, era algo genérico, e os demais graus de instrução, deveriam ser oferecidos por estabelecimentos particulares, uma vez que o Estado garantia o ensino pré-vocacional e profissional apenas aos menos favorecidos.

A Constituição Federal de 1946 se manteve firme, alguns aspectos elencados na CF de 1934. A União continuaria responsável pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entretanto, o ensino primário oficial seria gratuito e a instrução seguinte, poderia ser ministrada em escolas públicas, autorizadas a cobrarem anuidade.

Com a ditadura militar suspendem-se os direitos garantidos e conquistados no campo educacional, difundindo as ideias de controle e controlando os pensamentos. Apesar de muitos direitos terem sido negados, a luta pelo direito a educação, dentre

outros nunca cessou e, com o fim do regime militar abre-se espaço para o resgate a democratização no país, e algumas conquistas são realizadas, entre elas a Constituição Federal de 1988 (doravante CF/88) que no Artigo 206, VII põe como princípio do ensino a garantia de “[. . .] um padrão de qualidade [. . .]” (BRASIL, 1988), por contraste, assinala, no art. 208, § 2º (BRASIL, 1988), que “[. . .] o não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente [. . .]”.

Do mesmo modo Qupolk vai propor a garantia, princípios e padrão da qualidade de ensino, Cury (2007) discorre sobre a efetivação do direito a educação:

a declaração e a efetivação desse direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que, tradicionalmente, reservaram apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. As precárias condições de existência social, os preconceitos, a discriminação racial e a opção por outras prioridades fazem com que tenhamos uma herança pesada de séculos a ser superada (p.484)

Neste contexto, final dos anos 80, é publicado no Brasil, em 1990, ECA, que estimula o acesso e a permanência da criança e do adolescente garantindo em seu Artigo 54 que é dever do Estado:

Garantir ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; Oferecer atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; Oferecer atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; Promover atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Lei nº 13.306, de 2016; BRASIL, 1990, p.47).

No Artigo 53, do referido documento, aponta-se que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1990, p.46).

Endossando a relevância do direito à educação, Cury (2007), destaca que:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos. (p. 486).

De acordo com o autor o reconhecimento e a efetivação da educação são indispensáveis para os cidadãos, contribuindo assim para o seu crescimento e construção de novas aprendizagens, colaborando para a transformação da sociedade, abrindo um leque de possibilidades para que população, saia da pobreza e possa transcender esses obstáculos, criando condições de igualdade e equidade para construção do seu conhecimento, seja na escola ou na vida. Para Cury (2007) a educação é de direito obrigatório aos cidadãos e como tal deve ser assegurada pelo Estado a população sem fazer distinção classe social, etnia, pois o intuito da escola é promover o ensino aprendizagem e inclusão dos estudantes, amenizando as desigualdades sociais e vulnerabilidades do sujeito.

Tendo em vista que o intuito da escola é de estimular e favorecer a aprendizagem, a mesma tem papel fundamental de propiciar elementos onde os estudantes possam refletir os conteúdos dados em sala e, assim agregarem conhecimento que possibilitem a superação das desigualdades sociais estabelecidos pelas diferenças sociais.

Como sabemos cada estudante constrói seus conhecimentos baseados nas suas experiências e representações sociais pessoais, porém, a escola tem um papel fundamental em auxiliar como vai ser construído esse conhecimento, através da pluralidade de conteúdos educacionais e oportunidades de ensino que integrem esse sujeito para se sentir pertencente à escola, e não como um mero passageiro.

Em virtude disto, nosso próximo tópico tem por propósito, dialogar acerca dos conceitos de pobreza, desigualdade social e sua interface com a educação, para que a partir da discussão desses conceitos, tenhamos condições de discutir acerca da vulnerabilidade social na escola.

3. EDUCAÇÃO FORMAL, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: BREVES REFLEXÕES.

Para Yannoulas (2017) “a pobreza e as desigualdades sociais são temas extremamente complexos e as concepções, causas e soluções a respeito desses dois fenômenos são diversas” (p.15), o que demonstra ser um campo de estudo que precisa de aprofundamentos. Recorremos a Osório, Soares, Sousa e Oliveira (2011), para entendermos a definição da palavra pobreza nos ajudando a compreender suas características:

“pobreza” em linhas gerais é relativamente fácil: é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza em uma sociedade é o agregado dos estados de privação dos seus membros (p. 9).

Em conformidade com a definição de pobreza da autora Yannoulas (2017), destacamos outro autor que vem acrescentar ao debate de pobreza e desigualdade social que é Arroyo (2010):

A presença de milhões de crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas nos obriga a superar essas visões tão limitadas – a do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências.” (p.15).

Similarmente, Rego e Pizani (2014) afirmam que é um erro comum o de identificar a pobreza com um baixo nível de renda ou de riqueza. Embora uma renda baixa ou nula represente, certamente, um elemento essencial para definir a pobreza, não é o único aspecto que deveria ser levado em consideração, pois existem facetas da pobreza que não se deixam compreender facilmente, se nos limitarmos a avaliar questões de renda. Um exemplo do que trazem os autores é que:

A própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza (renda mensal per capita de até R\$ 154) e pobreza extrema (renda mensal de até R\$ 77 por pessoa). É difícil dizer que quem recebe R\$ 80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R\$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R\$ 160 não seria pobre. (p.19).

Outras facetas da pobreza também se destacam, como o lugar de residência: o pobre urbano se depara com problemas diferentes daqueles do pobre rural. O pobre urbano ao mesmo tempo em que está mais submetido à violência do tráfico, por exemplo, frequentemente dispõe de hospitais e escolas públicas de qualidade muito superior aos encontrados no interior.

Além dos aspectos de localidade, temos critérios demográficos, que devemos levar em conta para entender a pobreza no Brasil, esses critérios seriam:

etnia ou a cor da pele (índios e negros são, geralmente, mais vulneráveis nesse sentido por razões históricas), o gênero (particularmente no caso de mães solteiras ou viúvas), a idade (crianças e idosos são mais vulneráveis), a composição e a estrutura da família. Em resumo, pode-se afirmar que a pobreza deve ser considerada com base em uma perspectiva não somente econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência. (PINZANI E REGO, 2014, p.21-23).

A complexidade da questão da pobreza e da desigualdade social pode nos suscitar há algumas aproximações entre educação, pobreza e desigualdade social.

A primeira aproximação se faz através da influencia da pobreza no desempenho escolar. Nessa perspectiva, Rego e Pinzani (2014) apontam que, “crianças provenientes de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável à sua atividade de estudo (p.24)”. Com isso, quando não há um ambiente em o cognitivo da criança não possa ser estimulado, há uma barreira no desenvolvimento da educação desse estudante. Inclusive, Duarte (2012) demonstrou que a pobreza tem grande incidência negativa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas municipais e estaduais.

Ou seja, é através das pesquisas acima, que percebemos que a situação da maioria da população brasileira se encontra em grande vulnerabilidade e escassez de direitos básicos, portanto, não tem como uma pessoa que se encontra em situação de extrema pobreza se desenvolver de maneira adequada, pois há uma discrepância enorme das pessoas que vivem em condições mais favoráveis, para aquelas que se encontram em situação desfavoráveis de direitos básicos como educação, saúde, saneamento, segurança.

Uma segunda aproximação diz respeito a questões da educação formal. Quando falamos de educação, sabemos que existe a tipologia da modalidade educativa que é a conceptualização da educação, sendo ela, formal, não formal e informal e suas áreas de atuação. Neste trabalho, voltaremos nossa atenção à modalidade da educação formal, que é, segundo Gonh, (2006) “aquela que é desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados.” (p.27-38), com regras e normas a serem seguidas.

Um aspecto que merece nossa atenção na interface entre educação, pobreza e desigualdade social diz respeito à educação como “a solução” dos problemas educacionais e sociais do país. Garcia e Yannoulas (2017) contribui para a discussão quando afirma que:

A falta de educação, no sentido da escolarização, é apontada em muitos estudos como uma das principais causas da pobreza, sendo o acesso à escola apresentado como solução. Para os que assim entendem, pessoas escolarizadas conseguem responder às demandas do mercado e, portanto, têm maiores possibilidades de acesso a emprego, o que permitiria a saída da condição de pobreza, diminuindo as desigualdades sociais. (p.15)

Percebe-se que há vários fenômenos que contribuem para que a pobreza e a desigualdade social causem grandes prejuízos para a população, pois quando privamos pessoas dos direitos básicos, como é o caso do direito à educação, a qualidade de ensino, tornamos esses cidadãos desprovidos de mecanismos para saírem da zona de pobreza e buscarem melhores oportunidades que possam tentar tirá-los da situação de desigualdade social e vulnerabilidade em que vivem.

4. VULNERABILIDADE SOCIAL NA ESCOLA

Segundo as Orientações Técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), “a vulnerabilidade está relacionada à capacidade de contenção das forças que afetam o bem-estar da pessoa, família ou comunidade, ou seja, ao controle de ativos, incluindo recursos físicos, como moradia, bens duráveis e poupança; humanos, como trabalho, saúde e educação; e sociais, como redes de contatos e acesso à informação”. Ou seja, a vulnerabilidade torna as pessoas incapazes de mudar o seu estado atual e de lutar pelos seus direitos, levando-as a condições precárias de sobrevivência. Sob este aspecto, outra definição de vulnerabilidade social é de Benatto (2016):

A vulnerabilidade social é preocupação de diferentes áreas, desde a saúde a movimentos sociais e identificar grupos em situações de risco exige considerar diversos aspectos e variáveis, dentre elas variáveis sociais, culturais e psicológicas. A identificação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade escolar possibilita a construção de estratégias para lidar com essa situação de conflito (p. 18).

Mool (2012) afirma que “a vulnerabilidade é marcada pelas violências simbólicas e físicas, em uma sociedade desigual, na qual as possibilidades de acesso à ciência, à cultura e à tecnologia estão vinculadas ao pertencimento étnico, de classe, gênero e orientação sexual” (p. 23). Ou seja, a multiplicidade da face da vulnerabilidade abre um montante de lacunas para identificarmos quais são as demandas em que as

crianças que se encontram em situação de risco, logo a escola precisa considerar e elaborar propostas que se preocupem com os sujeitos advindos destes espaços.

Para tanto, é preciso fazer o diagnóstico da situação de risco em que a criança e o adolescente encontram-se e perceber de que forma o cotidiano das crianças influenciam no seu aprendizado e desenvolvimento e até que ponto o que acontece em sua volta influencia na sua aprendizagem e como as situações de conflito vão desempenhar no seu cotidiano. A negação dos aspectos estruturantes que o sujeito precisa para sua vida, tais como: educação, saúde, lazer e cultura, desenvolvem/criam uma situação de perigo e torna esses indivíduos mais suscetíveis a cometerem delitos e a serem expostos a situação de perigo.

É preciso que o Estado possa criar políticas públicas de combate à pobreza e desigualdade social, para os sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pois como sabemos com a ausência destas há uma maior dificuldade em sair da zona de pobreza, pois é através de lutas sociais e garantia de direitos que podem modificar sua condição e assim tornasse sujeitos autônomos.

Uma das estratégias de mudança para o sujeito se faz através da educação. A escola é a instituição formal onde todos os indivíduos começam a desenvolver seus conhecimentos e aprendizagens, com isso, a forma em que a escola organiza seus programas de ensino, assim como o currículo, o projeto político pedagógico e o plano de ação da gestão é meio que a gestão possui para criar possibilidades onde possam “[...] construir um projeto de educação que contemple a diversidade da população escolar. Para tanto, a construção de um dispositivo com a pretensão de dar respostas a esta situação exige intervenções dirigidas às crianças, a suas famílias e a seus educadores”. (RAMIREZ E CRUZ, 2009, p. 82).

Caso os projetos vivenciados na escola não consigam dar conta das demandas do sujeito em que nela se encontram, eles ficam suscetíveis às violências e desamparos do seu cotidiano, e expostos à vulnerabilidade, e quando os sujeitos estão em condições de fragilidade:

Obviamente a pobreza se torna um fator de risco uma vez que predispõe para a realização de delitos, provocando efeitos diretos e indiretos sobre a família e vizinhança da criança e do adolescente. Esta condição contribui para o risco social pela situação de carência na qual se encontram muitas das famílias no Brasil. [...] Dessa forma, resta menos tempo, menos energia e menos disposição para que a família exerça as tarefas parentais de forma competente: cuidar, proteger, disciplinar, monitorar e supervisionar seus descendentes. Portanto famílias nessas condições podem, portanto, ser consideradas

famílias vulneráveis, frágeis para desempenhar suas funções elementares, que são o atendimento das necessidades básicas de seus filhos (RAMIREZ E CRUZ, 2009, apud Hutz, 2002, p.85).

No âmbito escolar um dos grandes desafios que encontramos quando presenciamos crianças em situação de vulnerabilidade social e negligenciada por parte da família e do Estado é que muitas vezes os sujeitos se encontrem desacreditados de si e da escola e como consequência se evadem. “Desta forma, é fundamental que a influência da vulnerabilidade social na escola seja reconhecida pela equipe pedagógica, e que esta interfere.” (BENATTO, 2016, p. 20). Pois, se não houver um trabalho articulado da gestão da escola com os demais profissionais a fim de buscar estratégias para lidar com a problemática, pode ocorrer o fracasso escolar.

Assim é preciso que a equipe gestora e pedagógica atue em diferentes campos da escola para seja investigado os problemas que possam aparecer no decorrer do cotidiano escolar, sendo ele os casos de vulnerabilidade social e evasão escolar, para que assim possam pensar/planejar em estratégias de como lidar com a situação.

5. PLANEJAMENTO ESCOLAR: pensar/planejar as demandas dos estudantes

De acordo com Baia Horta (1991), o planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando à implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste Estado. É através dele que são pensadas as estratégias que irão ser realizadas para que então seja colocado em prática na gestão educacional e, ou, escolar.

Quando pensamos no planejamento no âmbito da escola pensamos quase que de imediato no Projeto Político Pedagógico (P.P.P) da escola como sendo o ato de planejar básico e de suma importância para o bom funcionamento da escola.

Planejamento Escolar é o planejamento global da escola, envolvendo o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente,

articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social (LIBÂNEO, 1992, p. 221).

O ato de planejar é um processo que deve estar sempre em constante renovação no âmbito da gestão escolar. No P.P.P deve constar as estratégias para um bom funcionamento da escola, bem como questões relacionadas ao processo ensino aprendizagem. Nas palavras de Vasconcellos (1995):

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

O trabalho da gestão para com o PPP da escola é um projeto que necessita da participação e colaboração de todos, pois precisa se considerar as condições socioeconômicas na qual a escola encontra-se inserida, para que se possa pensar em programas/ações específicos frente às demandas dos estudantes na perspectiva de evitar-se a evasão e o fracasso escolar.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Abordaremos nesse tópico questões que envolvem os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho. Entendemos pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, (MINAYO, 1994, p.23), entendendo ainda que por essa ótica realizamos um exercício de aproximações importantes da realidade, levando ainda em consideração “uma carga histórica” que interfere na mesma.

Para Minayo (1994) “é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela.” (p. 22).

No estudo optamos pelo suporte da pesquisa bibliográfica que têm sido utilizadas com frequência em estudos exploratórios ou descritivos, ou seja, nos casos em que o objeto de estudo em questão é pouco estudado. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica possibilita um maior alcance de informações, permitindo também a utilização de dados disponíveis em variadas publicações, ajudando ainda na construção,

ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

No sentido de compreender como as temáticas da vulnerabilidade social e da desigualdade social são tratadas no Projeto Político Pedagógico realizamos também pesquisa documental, que segundo Ludke e André (1986), pode ser

entendida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse (p.47).

Realizamos entrevistas semiestruturada com gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores do primeiro e quinto ano de duas escolas situadas na periferia da cidade do Recife, mais especificamente, na Região Político Administrativo IV (RPA4) bairro da Várzea. A escolha das escolas se deu através da proximidade da estudante com o local da pesquisa e devido ao fato de analisar como as duas escolas respondem as problemáticas trazidas pela pesquisadora frente à vivência na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica II – Gestão da Educação e do Ensino.

A análise dos dados baseou-se na perspectiva da análise temática de conteúdo de Bardin (1977), que consiste em um conjunto de método e técnicas de análise de comunicação, assentada nas seguintes etapas: Pré-análise - consiste na “escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação” (BARDIN,1977, p.95). Exploração do material: constitui-se no aprofundamento teórico do material elaborado, para a formulação das categorias teóricas. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: consiste na análise teórica do trabalho e da pesquisa empírica realizada, na obtenção de dados e conclusões.

A seguir, apresentamos uma breve caracterização das escolas visitadas e o perfil dos sujeitos entrevistados. Posteriormente, trataremos sobre o que revelam os dados os PPP das escolas e de que maneira este documento norteia as práticas pedagógicas, além de fazer uma relação com os conteúdos de vulnerabilidade social, pobreza e desigualdade social, buscando assim, ver se esses temas permeiam o PPP.

7. DAS ESCOLAS VISITADAS E OS SUJEITOS ENTREVISTADOS

As escolas visitadas estão localizadas no bairro da Várzea próxima a Universidade Federal de Pernambuco fazendo parte da RPA 4.

Para preservar a identidade das escolas onde foi realizada a pesquisa, vamos identificá-las por Escola A e Escola B. A escola A funciona em dois turnos: pela manhã com 08 turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais (200 estudantes) e à tarde, 08 turmas de Ensino Fundamental (280 estudantes). Possui um espaço amplo, uma quadra de esportes, um pátio grande, sala de mídia, biblioteca, sala de direção, espaço multimídia e sala de recursos, é uma escola de médio porte. A escola B funciona nos três turnos, manhã tarde e noite e oferta três modalidades de ensino, o Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano (150 estudantes), Na correção de fluxo, que são o Se liga e o Acelera (21 estudantes) e EJA (31 estudantes), totalizando 202 estudantes regularmente matriculados. A escola B possui 04 salas de aula, um pátio que fica na frente da escola que serve como estacionamento e local de recreação para os estudantes na hora do intervalo, a escola possui uma biblioteca, porém, quase nunca é utilizada pelos alunos.

Foram entrevistadas duas gestoras escolares na faixa etária entre 45 a 50 anos. Uma das gestoras tem formação em Ciências Sociais e a outra em Pedagogia. Ambas possuem pós-graduação, especialização, na área da Gestão Escolar. O tempo de atuação como gestora na rede é de 10 anos. Uma delas chegou ao cargo através de eleição direta a outra foi por indicação. Entrevistamos também uma coordenadora pedagógica⁵, na faixa etária de 30 a 40 anos, formada em História e especialista em Administração e Planejamento Escolar. Atuando na parte da coordenação há 5 anos, chegou a função por meio de seleção interna.

No segmento docente, foram entrevistadas quatro professoras, duas delas da Escola A. As duas professoras tem por volta de 30 a 40 anos, ambas tem o Magistério nível Médio. Uma delas é formada em Serviço Social e atua em sala de aula há 16 anos na rede e atualmente está cursando Pedagogia. A outra professora trabalha na rede a dois anos e está fazendo a faculdade de Pedagogia. Já as professoras da escola B, ambas formadas no curso de Pedagogia, uma delas possui 55 anos e trabalha na rede há 29

⁵ Tínhamos a intenção de entrevistar os coordenadores pedagógicos das duas escolas visitadas, entretanto, no momento que coletamos os dados a Escola A estava sem coordenador pedagógico.

anos, enquanto a outra possui 37 anos e trabalha a 7 anos na rede. Todas as professoras entrevistadas entraram através de concurso público.

Esclarecemos que visando preservar o sigilo em relação às identidades pessoais dos sujeitos entrevistados, ao nos referirmos aos entrevistados, iremos nomeá-las de GA (gestora da escola A), GB (gestora da escola B), CB (coordenadora da escola B), P1A (professora um da escola A), P2A (professora dois da escola A), P3B (professora três da escola B) e P4B (professora quatro da escola B).

7.1 PPP: como instrumento para enfrentamento da vulnerabilidade social

Neste tópico, temos a intenção de expormos a análise dos PPPs das escolas A e B com intuito de compreendermos as concepções expressas no documento acerca da vulnerabilidade social e da desigualdade social e de que maneira o PPP pode ser utilizado como instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais que chegam na escola, de modo que haja uma reflexão a partir destes temas. No entanto, para a melhor compreensão das análises, se faz necessário apresentar como os PPPs das escolas estão elaborados, observando suas metas e estratégias.

A Escola A expõe em seu PPP que sua principal missão é: “contribuir para uma sociedade mais justa que acredite no fazer coletivo, consciência dos seus direitos e deveres, desenvolvendo no educando o senso crítico, uma formação humana que os levem a respeitar os princípios éticos de igualdade, solidariedade, liberdade e justiça social que promovam uma qualidade de vida coletiva.” Além do que foi proposto como missão, o PPP se apresenta como documento que expressa um:

Projeto que configura a identidade desta unidade escolar, como instrumento que norteará nossas metas e ações na construção do processo educacional, construindo uma escola democrática com uma gestão participativa que assegure maior integração de todos (comunidade, pais, alunos, funcionários) e que todos percebam como sujeitos responsáveis pelo processo educativo. Assim, este projeto político pedagógico expressa nossa visão enquanto educadores que acreditam na força do fazer coletivo e nas possibilidades que o conhecimento traz para formar pessoas críticas e conscientes de seus direitos e deveres, capazes de desvelar a realidade natural do meio em que vivem e transformá-lo. Justificamos nosso projeto pedagógico colocando a participação dos segmentos da escola e da comunidade, esclarecendo a importância da gestão participativa e democrática. Não podemos esquecer que é preciso orientar a criança a ser um cidadão crítico, onde ela tenha consciência da realidade do mundo em que está

inserida e saiba exercer a sua cidadania de fato e de direito. (Escola A, 2013)

Percebe-se que além do PPP incentivar a participação de todos os sujeitos em sua elaboração e manutenção de metas o documento faz referência à gestão democrática, que para Santiago (2009).

é na perspectiva de zelar pelo direito à educação e à aprendizagem, pela compreensão da escola como um lugar de ressignificação, programação e efetivação das políticas de ensino que se inscrevem os mecanismos democratizadores da escola e, entre eles o Projeto Político Pedagógico da Escola como instrumento de gestão democrática.(p.98)

Ao referenciar a gestão democrática através da fala de Santiago (2009), separamos o trecho em que a escola B em seu PPP aposta na gestão democrática “Fundamentado na LDB 9394/96 e pautado nos quatro eixos temáticos da Proposta Gestão Democrática, Diversidade, Meio Ambiente e Tecnologia com base em princípios éticos de liberdade, solidariedade, participação, justiça social, de pluralismo de ideias e de respeito aos direitos.” (PPP da Escola B, 2018).

Para as escolas o Projeto Político Pedagógico é um documento no qual se faz um diagnóstico da escola, caracterizando-a, além de traçar as metas que serão abordadas ao longo do ano, pensando em quais estratégias serão utilizadas para lidar com as possíveis problemáticas que surgirão no cotidiano escolar.

Ao avançarmos na leitura dos documentos diagnosticamos que ambas as escolas, definem a comunidade em seu entorno como de baixa renda. O PPP da escola A, afirma que:

O nosso alunado, em sua maioria reside no bairro da Várzea, vem de classe socioeconômica desprivilegiada, dentre eles, alguns sendo contemplados com programas sociais do governo, programa de semi-internato pela Santa Casa de Misericórdia e por parcerias de outra instituição como o Lar Fabiano de Cristo – Capemi, que também ficam localizadas no bairro.

A escola B caracteriza sua clientela quanto ao seu nível de escolaridade, afirmando que o “poder aquisitivo das famílias, apresenta-se eclético, embora a grande maioria seja advinda de classe social baixa, onde prevalece o baixo poder aquisitivo e o nível de formação elementar. Uma parcela significativa dessas famílias é atendida pelo Programa Bolsa Família e Bolsa Escola, o que demanda por parte dos pais uma preocupação com a frequência escolar de seus filhos.” Corroborando com o debate

Ramirez e Cruz (2009) afirmam que, “avaliar se a criança está em vulnerabilidade social é necessário avaliar várias situações de risco em que a criança encontra. Sendo elas, sócio, social econômico, situação de pobreza.” Ou seja, para avaliar se a criança encontra-se em estado de vulnerabilidade social, se faz necessário investigar o modo como essas crianças vivem e de que maneira essas condições podem impactar no seu desempenho na escola.

Em virtude do diagnóstico da clientela da escola é que a equipe gestora deve considerar na elaboração um PPP que englobe todos os tipos de percalços que venham a aparecer. Conforme o que foi dito, é que percebemos ao localizar nos documentos extratos como:

Com intuito de viabilizar e dar continuidade ao projeto, nossas ações se fazem presente no dia-a-dia da escola, servindo de experiência e resolvendo problemas que porventura surgem, avaliando e re avaliando a prática pedagógica. O que se pensa e se quer é construir e manter uma escola de qualidade, inserida nos novos tempos, é preciso que se reflita o conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formando alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e de igualdade perante a sociedade. (Escola A, 2013)

Além do trecho da avaliação do PPP da escola A, foi retirado um extrato da escola B, que também fala sobre a construção de um projeto de PPP que leve em consideração a clientela escolar:

Nessa perspectiva de promover uma educação de qualidade é salutar a partir do conhecimento construído e vivenciado no espaço escolar a consolidação de novas posturas frente às demandas da atualidade relacionada ao exercício da democracia, a preservação do meio ambiente, e ao respeito a diversidade como forma de combate a violência em seus diferentes aspectos promovendo uma cultura de paz. (Escola B, 2018)

Todo o processo de formulação de um PPP, desde o diagnóstico da comunidade, até a elaboração de um projeto que contemple todas as temáticas em que precisam ser postas em prática pela gestão da escola, para que seus alunos possam ter condições que sejam favoráveis para sua aprendizagem, sem deixar os fatores que inviabilizam o conhecimento sejam maiores que as oportunidades que são desenvolvidas na escola.

A partir disto, concordamos com a Ramirez e Cruz (2009) quando aponta que: “[...] Construir um projeto de educação que contemple a diversidade da população escolar. Para tanto, a construção de um dispositivo com a pretensão de dar respostas a

esta situação exige intervenções dirigidas às crianças, a suas famílias e a seus educadores.” (p. 82).

No que concerne à temática da vulnerabilidade social, não foi encontrado nada que mencionasse diretamente a questão, entretanto, alguns fragmentos possibilitam algumas inferências. Na escola A, faz-se menção quando diz que:

O maior desafio da sociedade hoje, já não é apenas, distribuir as suas riquezas socialmente produzidas, mas também, promover um desenvolvimento que envolva todos, onde não haja exclusão. O momento atual exige dos sistemas de ensino uma nação consciente e crítica.

É através da construção e desenvolvimento do PPP que a gestão e seus integrantes vão saber se estão conseguindo dar conta da sua proposta pedagógica, e ao decorrer do ano letivo vão surgindo novas pautas para serem adicionadas em seu planejamento. Por isso, ressaltamos a importância de manter o documento atualizado, para que a gestão possa saber quais programas já foram realizados e quais estratégias que podem ser desenvolvidas nas reuniões do semestre para que assim sejam colocadas em prática.

Destacamos que é através desta primeira análise dos documentos de PPPs das escolas que cumprimos dois, dos nossos três objetivos específicos do qual o trabalho se propõe. A seguir, partiremos para o nosso último tópico de estudo que é, analisar a partir da fala dos sujeitos entrevistados ações/programas desenvolvidos na escola para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

7.2 Do Planejamento na escola e a vulnerabilidade social: o que dizem os sujeitos entrevistados

Partindo agora para as entrevistas, a primeira pergunta que foi feita as entrevistadas foi a respeito da importância do planejamento na escola, e as respostas foram unânimes quanto à relevância do planejamento, vejamos:

Completamente importante, é o norte da escola. (GA)

É um documento que dá um norte para reger a escola. (GB)

O nosso trabalho parte do planejamento. Mesmo que a gente redirecione as estratégias que serão utilizadas no trabalho, mas temos que ter um planejamento para fazer as coisas acontecerem. (CB)

É um guia que norteia nossa prática pedagógica. (P1A)

Muito importante, se não tiver planejamento, não tem como dar um norte nas questões da escola. (P2A)

É tudo, porque é o planejamento que nos norteia, precisamos nos planejar para poder dar aula. (P3B)

Deve-se planejar para todas as coisas, o trabalho do professor não é só dar aula, e sim, fazer planejamento para ver de que forma vai ministrar a aula. (P4B)

Percebe-se que nas falas dos entrevistados a relevância dada ao ato de planejar, seja no âmbito da gestão, seja na gestão de sala de aula. Acreditamos que o planejamento é algo contínuo e deve ser realizado todos os dias, construindo, analisando e adequando quando for necessário.

Quando perguntados o que entendiam por vulnerabilidade social os discursos apontam:

Todos nós temos vulnerabilidades. Existem algumas pessoas mais vulneráveis que outras pessoas que precisam de melhores condições. (P1A)

Uma parte da sociedade, de indivíduos que estão às margens do poder público. São os últimos a serem lembrados e ficam numa situação de vulnerabilidade e à margem de acontecer tragédias com essas pessoas. (P2A)

Quando uma criança não está conseguindo ser assistida pela família e acaba caindo em uma situação de vulnerabilidade social. (P3B).

Há muita coisa pra se dizer sobre isso. A falta dos pais é essencial, eles têm que participar, porque as crianças hoje em dia estão muito soltas e a educação começa em casa, os pais não tem domínio sobre elas, e elas chegam sem limites na sala de aula e assim nós professores não conseguimos dar aula. Era bom a escola de antigamente, onde o professor era mais respeitado e conseguia dar aula, não estou falando da parte do bater, que não se deve bater, mas a forma de ensinar. (P4B)

As falas de alguns professores são frágeis quando nos aproximamos do que trata a literatura acerca da vulnerabilidade social, como é o caso dos estudos de Benatto (2016), quando aponta que é “fundamental que a influência da vulnerabilidade social na escola seja reconhecida pela equipe pedagógica, e que esta interfira nessa condição”

(p.20). Pois para que se possa pensar em estratégias de enfrentamento, é necessário que a equipe pedagógica dê notoriedade ao assunto, pois é através da preocupação com a temática que podemos identificar as crianças que estão em situação de risco. Nas palavras do autor:

identificar grupos em situações de risco exige considerar diversos aspectos e variáveis, dentre elas variáveis sociais, culturais e psicológicas. A identificação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade escolar possibilita a construção de estratégias para lidar com essa situação de conflito. (p.18).

Então, após fazer essa identificação do grupo de risco, PB3 e PB4 chama a atenção acerca do papel da família no que diz respeito ao seu papel basilar e estruturante no desenvolvimento das crianças. Para tratar deste recorte, a literatura de Rego e Pinzani (2014) quando “apontam que crianças provenientes de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável à sua atividade de estudo. Com isso, quando não há um ambiente em o cognitivo da criança não possa ser estimulado, há uma barreira no desenvolvimento da educação desse estudante.” Inclusive, Benatto (2016) chama a atenção para:

[...] a vulnerabilidade relacionada à capacidade de contenção das forças que afetam o bem-estar da pessoa, família ou comunidade, ou seja, ao controle de ativos, incluindo recursos físicos, como moradia, bens duráveis e poupança; humanos, como trabalho, saúde e educação; e sociais, como redes de contatos e acesso à informação.” Ou seja, a vulnerabilidade torna as pessoas incapazes de mudar o seu estado atual e de lutar pelos seus direitos, levando-as a condições precárias de sobrevivência. (p.04)

Nota-se a partir dos achados que pouco é feito aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade. De um modo geral, não se expressa um movimento de reflexão mais profunda dos gestores, coordenação e professores sobre os impactos que os estudantes possam estar passando.

Além disto, quando questionados se a escola possui programas de enfrentamento a vulnerabilidade social na escola, somente GA, GB, CB, tem conhecimento sobre os programas, pois trabalham na equipe gestora. Cabe destacar que P4B, não tem conhecimento das estratégias que estão no PPP da escola, pois não teve acesso ao documento, por estar na escola há pouco mais de um ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho abordamos a temática da vulnerabilidade social na escola, sob o viés da análise a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos Escolares de duas escolas municipais localizadas no bairro da Várzea. Acreditamos ter cumprido o objetivo geral da nossa pesquisa, no que se refere a analisar como a vulnerabilidade social na escola vem sendo tratada no PPP na perspectiva de seu enfrentamento. Conjuntamente os nossos objetivos específicos, no que tange compreender as concepções de vulnerabilidade social e desigualdade social que permeiam o Projeto Político Pedagógico da escola; identificar no Projeto Político Pedagógico da escola ações/programas para o enfrentamento da vulnerabilidade social; analisar a partir da fala dos sujeitos entrevistados ações/programas desenvolvidos na escola para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Os estudos foram de fundamental importância para a formação acadêmica da graduanda, pois foi um tema de interesse pessoal que foi surgindo ao longo da sua graduação, no qual resultou esta pesquisa, além de estimular novas reflexões a respeito de uma problemática antiga que permeia o cotidiano de muitas famílias brasileiras e consequentemente se faz presente na realidade escolar. Além de compreender melhor como se deu o percurso da educação básica, dando notoriedade as suas conquistas e elaboração da garantia de direitos, para que assim pudesse haver uma democratização do ensino e mesmas oportunidades de acesso aos estudantes.

Foi através dos estudos referidos que pude perceber o quanto a temática da vulnerabilidade social e pobreza e são conteúdos que precisam ter uma atenção especial na hora de elaborar o planejamento das escolas.

Os estudos apontaram que há uma lacuna ao abordar a temática da vulnerabilidade social tanto nos PPP, quanto nas entrevistas. Pois, notou-se a falta de familiaridade com o tema, quando os sujeitos são questionados sobre o significado de vulnerabilidade social, P2A e P4B, responde de maneira muito superficial, o que reforça a ideia de pouco manejo sobre a temática. Além disso, nada se falou sobre programas e estratégias de enfrentamento sobre vulnerabilidade social e desigualdade nos PPPs, ou seja, quando não encontramos nenhuma ação nesses documentos, consequentemente a prática pedagógica fica em defasagem, pois não há relação entre o planejamento e as práticas do cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 06 Ago. 2019.
- BAIA HORTA, J. S. *Planejamento educacional*. In: MENDES, D. T. (Coord.). *Filosofia da Educação Brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.
- BAFFI, Maria A. T. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Petrópolis, 2002.
- BARAGLIO, F. G. A história e a educação - breve resumo sobre as rupturas na história da educação no Brasil Disponível em: <http://giselefinattibaraglio.blogspot.com/1997/04/a-historia-e-educacao-breve-resumo.html>. Acesso em: 15 mai. 2019
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 20 fev. 2019.
- CADERNOS PDE. Secretaria de Educação Estado do Paraná, 2016. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1631. Acesso em 25 mai. 2019.
- CURY, C.R.J. A gestão democrática na escola e o direito a educação. *RBPAE*, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007
- DUARTE, Natalia de Souza. *Política Social: um estudo sobre educação e pobreza*. Tese – Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2019.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Relatório anual de indicadores 2017, Lei de Responsabilidade Educacional. Secretaria de educação do Estado de Pernambuco. Recife, 2017.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN, M.G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> Acesso em: 15/05/2019.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria. *Pobreza e Cidadania*. Modulo I, Projeto de Criação e Desenvolvimento dos Recursos Didáticos do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Santa Catarina, 2014.

MACHADO, Laeda Bezerra; SANTIAGO, Maria Eliete (Orgs). *Políticas e Gestão Básica*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOOL, Jaqueline et at. *A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública, Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1619).

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARAES, S. *Pedagogia: dialogo e conflito*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, Adir Valdemar; YANNOULAS, Silvia Cristina. Educação, pobreza e desigualdade social. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3262>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

RAMIREZ, D.C.; CRUZ, R.M. Conflito escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, n. 2, p. 79-95, 2009. Disponível em: <<http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n2/REID2art5.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

ROMÃO e GADOTTI, M. *Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade*, IPF, 1994

SANT'ANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. Planejamento de ensino e avaliação. 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.

APÊNDICES

Entrevista dos gestores

Do Planejamento da/na escola e a vulnerabilidade social

1. Qual a importância do planejamento escolar para a gestão?

2. Sobre a realidade do contexto em que a escola está inserida foi realizado algum diagnóstico? Se sim, como foi feito? O que o diagnóstico apontou? Por quem foi feito?
3. Como se dá (deu) a elaboração do Plano de Ação da gestão?
4. Como se dá (deu) a elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola? Quem participou?
5. O que você entende por vulnerabilidade social?
6. De que maneira você percebe que a vulnerabilidade social afeta a formação dos estudantes?

Estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade e da desigualdade social

1. Qual é o perfil da comunidade escolar? (alunos, funcionários, pais e/ou responsáveis da comunidade em torno da escola).
2. Existe algum perfil de estudante considerado pela escola, como mais necessitados de assistência social?
3. Tendo em vista o perfil dos estudantes considerados mais vulneráveis socialmente, foram pensadas e têm sido desenvolvidas ações ou programas voltados para a vulnerabilidade social dos alunos no Plano de Ação e no PPP, visando combater a evasão destes?

Entrevista do coordenador

Do Planejamento da/na escola e a vulnerabilidade social

7. Qual a importância do planejamento escolar para a coordenação?
8. Sobre a realidade do contexto em que a escola está inserida foi realizado algum diagnóstico? Se sim, como foi feito? O que se diagnosticou? Por quem foi feito?
9. Como se dá (deu) a elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola? Quais sujeitos participaram de sua elaboração?
10. O Projeto Político Pedagógico é revisitado?
11. O que você entende por vulnerabilidade social?
12. De que maneira você percebe que a vulnerabilidade social afeta a formação dos estudantes?

Estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade e da desigualdade social

4. Qual é o perfil da comunidade escolar? (alunos, funcionários, pais e/ou responsáveis da comunidade em torno da escola).
5. De que forma a comunidade participa do cotidiano escolar?
6. Qual o perfil dos estudantes considerados pela escola, como mais necessitados de assistência social?
7. Tendo em vista o perfil dos estudantes considerados mais vulneráveis, foram pensadas ações que constam, ou não, em seu Plano de Trabalho e no Projeto Político Pedagógico, visando combater a evasão destes?
8. Existe algum projeto, ação ou programa voltado para o enfrentamento da vulnerabilidade social dos alunos? Se sim, quais? Como se operacionaliza na escola? Estes estão expressos no Projeto Político Pedagógico?

Entrevista dos professores

Do Planejamento da/na escola e a vulnerabilidade social

13. Qual a importância do planejamento escolar para a gestão?
14. Sobre a realidade do contexto em que a escola está inserida foi realizado algum diagnóstico? Se sim, como foi feito? O que o diagnóstico apontou? Por quem foi feito?
15. Como se dá (deu) a elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola? Quem participou?
16. O que você entende por vulnerabilidade social?
17. De que maneira você percebe que a vulnerabilidade social afeta a formação dos estudantes?

Estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade e da desigualdade social

9. Qual é o perfil da comunidade escolar? (alunos, funcionários, pais e/ou responsáveis da comunidade em torno da escola).
10. Existe algum perfil de estudante considerado pela escola, como mais necessitados de assistência social?
11. Tendo em vista o perfil dos estudantes considerados mais vulneráveis socialmente, foram pensadas e têm sido desenvolvidos ações ou programas voltados para a vulnerabilidade social dos alunos no Plano de Ação e no PPP, visando combater a evasão destes?